

EDITAL

CREDENCIAMENTO – Nº 012026 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO – Nº 98/2026

DATA DE ABERTURA – 18/03/2026

O **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO**, torna público, aos interessados, que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO**, com vistas ao **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS**, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO, nos termos da Lei Municipal nº 183/2026, de 16 de janeiro de 2026, conforme condições, quantidades, requisitos técnicos e forma de execução descritos no Termo de Referência (ANEXO I).

Tal Credenciamento está autorizado conforme consta nos autos do Processo Administrativo e obedecerá às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, subordinando-se à Constituição Federal, à Lei Federal nº 14.133/2021, às normas aplicáveis ao credenciamento, bem como às demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

PERÍODO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (ELETRÔNICO)

DATA: a partir de **18/03/2026**, até o término de sua vigência, que será de **02 (dois) anos**, podendo ser prorrogado conforme interesse público e legislação aplicável.

LOCAL/MEIO: exclusivamente por meio eletrônico, no portal: <https://www.licitanet.com.br/>

SUPORTE/ESCLARECIMENTOS: pelo e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com e/ou telefone (63) 99241-1111 (horário administrativo).

Os interessados poderão apresentar a documentação **a qualquer tempo durante a vigência do credenciamento**, desde que atendidas integralmente as exigências previstas no item 5 deste Edital e no Termo de Referência (ANEXO I).

No período indicado acima, serão realizados os seguintes procedimentos:

1. Recebimento eletrônico da documentação de habilitação;
2. Análise e julgamento da habilitação, por ordem de protocolo/registro no sistema;
3. Divulgação do resultado;
4. Fase recursal;
5. Homologação;
6. Convocação para assinatura do instrumento contratual.

As decisões do Agente de Contratação/Comissão de Contratação serão comunicadas preferencialmente por meio do sistema eletrônico e, quando necessário, por e-mail oficial indicado pelo participante. O envio/registro de documentos e manifestações no sistema eletrônico implica ciência e responsabilidade do interessado quanto ao acompanhamento

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



integral do procedimento, não cabendo alegação de desconhecimento por falta de acesso/consulta, salvo falha comprovada do sistema.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Edital o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS**, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

1.2. A execução dos serviços está condicionada ao **credenciamento devidamente homologado**, ao **cadastro do credenciado** junto à Administração e, posteriormente, à **celebração do Instrumento Contratual**, observado o Termo de Referência (ANEXO I).

1.3. O credenciamento tem natureza de cadastro de interessados aptos, não gerando direito subjetivo à contratação, tampouco obrigação de contratação pela Administração, ficando as contratações condicionadas à demanda real, ao interesse público, à disponibilidade orçamentária e financeira, e à regularidade do credenciado durante toda a execução.

2. DO CREDENCIAMENTO

2.1. O procedimento será realizado **exclusivamente em meio eletrônico**, por meio do portal **LICITANET** (<https://www.licitanet.com.br/>), com envio/registro de documentos conforme funcionalidades do sistema, sendo responsabilidade do interessado:

- possuir cadastro ativo na plataforma;
- anexar a documentação exigida nos campos apropriados;
- garantir legibilidade, completude e validade dos documentos enviados;
- acompanhar o andamento, comunicações e publicações dentro do sistema.

2.1.1. Todos os documentos enviados deverão estar íntegros, legíveis e, quando aplicável, com verificação por QR Code/validador, cabendo à Administração conferir a autenticidade em bases oficiais. Constatada divergência, inconsistência, indício de falsidade ou ausência de validação, poderá ocorrer inabilitação e/ou adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

2.2. Serão inabilitados os interessados que apresentarem documentação:

- incompleta, ilegível, com rasuras que comprometam a confiabilidade;
- vencida, inválida ou incompatível com o exigido;
- em desacordo com os requisitos de habilitação e qualificação definidos neste Edital e no Termo de Referência.

2.3. O presente Edital tem por finalidade formar cadastro de **peessoas jurídicas** habilitadas para a execução de **serviços médicos em regime de plantão (12h e 24h)**, conforme demanda efetiva, **sem garantia de contratação imediata** de todos os credenciados, ficando as convocações condicionadas ao interesse público, necessidade do serviço, disponibilidade orçamentária/financeira e manutenção das condições de habilitação.



2.4. A contratação decorrente deste credenciamento enquadra-se, em regra, como hipótese de inexistência, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, quando:

- **houver interesse da Administração em credenciar todos os que atendam aos requisitos;**
- **existir preço previamente definido** (tabela/valor referencial) no Termo de Referência;
- **não houver viabilidade de competição por seleção clássica, por se tratar de chamamento a todos os aptos,** com condições uniformes.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste procedimento as pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto deste Credenciamento que atenderem a todas as exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

3.2. Os participantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de seus documentos.

3.3. É vedado participar do presente Credenciamento as empresas:

- a) Em processo de falência, de fusão, de cisão, de incorporação, de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, nos moldes do Art. 14, inciso III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- c) Reunidas em consórcio e seja controladora, coligada ou subsidiária entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Que pertençam a servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo procedimento de credenciamento;
- e) Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto compatível deste credenciamento;
- f) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g) Estrangeiras que não funcionem no País.

3.4. Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa participante. A não observância das vedações contidas neste item é de inteira responsabilidade do participante que, pelo descumprimento, se sujeita à pena de responsabilidades administrativa, civis e penais cabíveis, conforme legislação vigente, com o consequente descredenciamento.

3.5. A participação neste procedimento de credenciamento implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.



4. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

4.1. A documentação será apresentada **exclusivamente no sistema LICITANET**, anexada em formato digital (PDF preferencialmente), contendo:

- identificação do interessado;
- indicação clara do **item/serviço** ao qual pretende credenciar;
- anexação dos documentos na sequência lógica do item 5, evitando duplicidades.

4.2. Os documentos enviados devem observar:

- boa resolução e legibilidade;
- arquivos sem senha/bloqueio;
- validade dentro do prazo;
- correspondência do documento ao titular (CPF/CNPJ) cadastrado.

4.2.1. O interessado declara ciência de que documentos ilegíveis, truncados, com páginas faltantes, divergentes, ou que impossibilitem validação, poderão ensejar inabilitação, sem prejuízo de diligência quando cabível e justificável.

5. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

5.1. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original digital (quando emitidos eletronicamente), ou por qualquer processo de cópia digitalizada, desde que legível e íntegra e/ou, documentos com verificação por QR Code/validador serão conferidos nos sites oficiais.

5.1.1. Na hipótese de documentos sem prazo expresso, recomenda-se emissão recente; a Administração poderá adotar regra de aceitabilidade conforme prática administrativa e segurança jurídica.

5.1.2. A Administração poderá solicitar, a qualquer tempo, documentos complementares ou esclarecimentos (diligência) para confirmar dados, autenticidade e adequação ao objeto, preservada a isonomia, a legalidade e a vinculação ao edital.

5.2. DA PESSOA JURÍDICA

5.2.1. Para fins de participação neste procedimento de credenciamento, as pessoas jurídicas deverão apresentar as seguintes documentações:

a). **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

h) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

i) Deverão vir acompanhados documentos pessoais com foto de todos os sócios/diretores entre outros que comprovem a participação na empresa.

5.3. REGULARIDADES FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1. Os interessados deverão apresentar a **documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:**

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, acompanhada do respectivo Quadro de Sócios e Administradores – QSA.

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal, relativo à sede do prestador de serviços, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

e) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede do prestador de serviços, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, dentro do prazo de validade.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



h) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

5.3.1.1. Caso o prestador de serviços seja legalmente isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração expedida pela Fazenda competente de sua sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

5.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.4.1. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, conforme o caso consistirá em:

a) **Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de, no máximo 60 (sessenta) dias anteriores à publicação do primeiro aviso desta licitação, exceto se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão;

5.5. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.5.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica, os interessados deverão demonstrar aptidão para a execução dos serviços compatíveis com o objeto do credenciamento, mediante a apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, observado o disposto neste item.

5.5.2. O **Atestado de Capacidade Técnica**, deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que o interessado já executou ou executa serviços compatíveis com o objeto e com as vagas ou especialidades para as quais pretende se credenciar.

5.5.3. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) deverá(ão) conter, obrigatoriamente, no mínimo:

- a) identificação do contratante emissor;
- b) descrição dos serviços efetivamente prestados;
- c) unidade de medida e quantitativos compatíveis com o objeto do credenciamento;
- d) período de execução dos serviços.

5.5.4. Quando o atestado for emitido por órgão ou entidade da Administração Pública, será admitida a assinatura digital, desde que constem no documento telefone e/ou endereço eletrônico que possibilitem a verificação de sua autenticidade.

5.5.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, promover **diligências** para a comprovação da veracidade das informações constantes no(s) atestado(s), inclusive mediante solicitação de contratos, notas fiscais ou outros documentos que evidenciem a efetiva execução dos serviços.



5.5.6. Constatada a inexistência, incompatibilidade ou insuficiência da execução dos serviços declarados, a documentação será encaminhada à Assessoria Jurídica para adoção das providências administrativas e legais cabíveis, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação aplicável.

5.5.7. A comprovação do **vínculo dos profissionais indicados com a pessoa jurídica** poderá ser realizada por qualquer dos seguintes meios, conforme o caso:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- b) Certidão ou registro emitido pelo Conselho Profissional competente;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;
- e) Termo de compromisso firmado pelo profissional, declarando sua vinculação à execução dos serviços, em caso de credenciamento da empresa.

5.6. DAS DECLARAÇÕES

5.6.1. Declaração de responsabilidade, por meio da qual o interessado assume integral responsabilidade pela veracidade das informações e documentos apresentados no processo de credenciamento.

5.6.2. Declaração de pleno conhecimento e aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e em seus anexos, comprometendo-se a cumpri-las integralmente.

5.6.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo à contratação, de que não foi declarado inidôneo, não se encontra impedido ou suspenso de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Maria do Tocantins/TO, bem como de que se compromete a comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de fatos supervenientes que venham a alterar essa condição.

5.6.4. Declaração de inexistência de vínculo empregatício, afirmando que a prestação dos serviços ocorrerá de forma autônoma, sem geração de vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica, pessoalidade, habitualidade ou exclusividade, nos termos da legislação vigente.

5.6.5. Declaração de disponibilidade para prestação dos serviços, afirmando possuir condições e disponibilidade para atender às demandas, escalas, cronogramas, regulações e convocações definidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

6. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. O pagamento será efetuado **por plantão efetivamente executado**, conforme valores estabelecidos no Anexo Único da Lei Municipal nº 183/2026, mediante apresentação de nota fiscal e documentação comprobatória, com ateste do fiscal do contrato.

6.2. A nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada de:

- a) relatório detalhado do plantão executado;
- b) comprovação de escala/convocação;
- c) registros e documentos exigidos pela fiscalização.



6.3. O pagamento será realizado no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data do ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, desde que atendidas todas as exigências contratuais, administrativas e legais.

6.4. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, a serem especificadas no Edital e no contrato, conforme orçamento vigente.

GESTÃO DO INCENTIVO DE CAPITAÇÃO PONDERADA DA APS		
Dotação Orçamentária	10.10.10.301.0817.2.131	
Elemento de Despesa	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1500.1002.000000	Imposto não vinculado
Ficha	0353	

7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DO CREDENCIAMENTO

7.1. A Comissão de Licitação, à medida que as documentações forem sendo protocolados terá um prazo de até 08 (oito) dias úteis, para realizar a análise e julgamento da documentação apresentada pelo interessado, a qual visará ao atendimento das condições estabelecidas nos termos deste Edital e da legislação que disciplina a matéria;

7.1.1. A análise dos documentos e a classificação da empresa se dará por ordem de protocolo, desde que os interessados apresentem o Requerimento de Participação no Credenciamento (Anexo II), as declarações, bem como toda a documentação elencada neste Edital;

7.2. Será considerado habilitado o interessado que cumprir todas as exigências editalícias;

7.3. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete ao conteúdo, a idoneidade do documento, ou não impeça o seu entendimento;

7.4. Será considerado inabilitado o interessado que deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la com vícios/defeitos, contrariar qualquer exigência contida neste Edital, ou cujos documentos estiverem com prazo(s) de validade(s) expirado(s);

7.5. Os interessados cujo credenciamento for indeferido poderá ingressar a qualquer momento com novos documentos, desde que corrigidos os motivos que deram causa a sua inabilitação;

7.6. A decisão que inabilitar o participante será publicada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO, ou, ainda, por intermédio de Ofício ao interessado.

8. DOS RECURSOS

8.1. Das decisões do Agente de Contratações caberá recurso a ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do resultado do julgamento da habilitação;

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



8.2. Havendo manifestação e motivação de interposição de recursos fica os demais participantes desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr, automaticamente, a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos Autos;

8.3. Os memoriais e contrarrazões dos recursos deverão ser dirigidos a Agente de Contratação no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com;

8.4. Interposto o recurso a Agente de Contratação poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informados, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso;

8.5. Havendo interposição de recurso, e não ocorrendo a reconsideração da Agente de Contratação, este instruirá os autos e os encaminhará à autoridade competente para conhecimento e decisão final;

8.6. Durante o prazo previsto para interposição dos recursos, a Comissão abrirá vista de todo o processo aos interessados, facultada a extração de cópia, às expensas do solicitante;

8.7. Decorrido o prazo recursal, ou após a decisão dos recursos eventualmente interpostos, será homologada pela Autoridade competente.

9. DO CONTRATO

9.1. O Credenciado convocado deverá, após a convocação, o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para a assinatura do contrato;

9.2. A não assinatura do Contrato poderá ser entendida como recusa injustificada, que ensejará seu imediato cancelamento, sem prejuízo para o município de Santa Maria do Tocantins/TO;

9.3. O Contrato terá vigência de 01 (um) ano a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogados por interesse da Administração, e vigência máxima de até 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura.

9.4. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 137, e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. Não obstante o Credenciado ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao Credenciante é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por meio do Gestor e Fiscal ora designados;



10.2. Para a fiscalização do contrato a ser firmado, o Fundo Municipal de Saúde, designará por meio de ato formal um servidor.

10.3. Constatada pela fiscalização a inobservância das determinações administrativas ou a execução irregular dos serviços contratados, a Credenciante poderá conceder prazo razoável para saneamento das inconformidades e, persistindo a irregularidade, determinar a suspensão da execução do serviço, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no contrato e na legislação vigente.

10.4. O Fiscal do contrato deverá comunicar ao Gestor, em tempo hábil, o encerramento do período de execução ou da vigência contratual sob sua responsabilidade, com vistas às providências administrativas necessárias à eventual renovação, prorrogação ou encerramento definitivo.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO E DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

11.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, as obrigações dos contratados estão elencadas no Termo de Referência (Anexo I) e no Instrumento Contratual, conforme Minuta de Contrato deste Edital.

12. DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. Ao processo de descredenciamento aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021;

12.2. Ocorrerá o descredenciamento a pedido do Credenciado, quando comprovar que está impossibilitada de cumprir as exigências contratuais, em decorrência de casos fortuitos ou de força maior ou por meio do Fundo Municipal de Saúde, quando houver descumprimento contratual;

12.3. O credenciado que desejar se descredenciar deverá solicitar mediante aviso escrito ao Fundo Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 A inobservância, pelo Credenciado, de cláusula ou obrigações constantes do contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a Administração Pública a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

13.1.1. Comete infração administrativa o prestador de serviço que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.3. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.4. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



13.1.6. não manter o contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação;

13.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

13.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento ou a execução do contrato;

13.1.10. fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.12. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os prestadores de serviço, em qualquer momento do credenciamento.

13.1.13. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.14. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.1.15. O prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.13 deste edital de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do prestador de serviço, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.13 e 13.1.14.

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.8. deste edital de credenciamento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.9 a 13.1.14, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.1.16. A aplicação das sanções previstas neste edital de credenciamento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.1.17. Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.1.18. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

13.1.19. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.1.20. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.1.21. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.1.22. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

13.1.23. a natureza e a gravidade da infração cometida;

13.1.24. as peculiaridades do caso concreto;

13.1.25. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.1.26. os danos que dela provierem para o Contratante;

13.1.27. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.1.28. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.1.29. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

13.1.30. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

13.1.31. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.32. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Edital.

14. DA IMPUGNAÇÃO, DOS ESCLARECIMENTOS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Até **02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para entrega dos documentos, qualquer pessoa, poderá impugnar este ato convocatório, que deverá ser protocolada no sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br/> ou pelo e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com;

14.2. Caberá à Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação ou pedido de esclarecimentos em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da sua Protocolização;

14.3. Acolhida a impugnação, que implica em alteração do Edital, será designada nova data para entrega da documentação;

14.4. Somente serão recebidas e conhecidas às impugnações interpostos por escrito e dentro dos respectivos prazos legais. As impugnações deverão ser dirigidas ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO;



14.5. As dúvidas na interpretação deste Edital e seus Anexos, consultas ou pedidos de esclarecimentos acerca das informações porventura existentes, deverão ser enviados a Agente de Contratação, podendo ser feitos via e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com, de forma expressa, clara, concisa e objetiva, constando no corpo do texto do e-mail a identificação do solicitante que questiona as informações ou solicita esclarecimentos;

14.6. Os interessados em participar do credenciamento obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO, <https://santamariadotocantins.to.gov.br/>;

14.7. A participação neste credenciamento implica em plena aceitação dos termos e condições deste Edital e seus anexos, bem como das normas administrativas vigentes;

14.8. O presente edital terá sua publicação realizada através do Diário Oficial do Município e no site oficial da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO, <https://santamariadotocantins.to.gov.br/>;

14.9. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre os interessados ao credenciamento;

14.10. A Comissão de Licitação poderá, no interesse do município de Santa Maria do Tocantins/TO, relevar omissões puramente formais nos documentos exigidos para os credenciamentos apresentados, desde que não comprometam a lisura do processo;

14.11. As multas e outras sanções somente poderão ser relevadas pelo município de Santa Maria do Tocantins/TO, nos casos de força maior, que deverão ser devidamente comprovados e para os quais não tenha dado causa o credenciado;

14.12. A administração reserva-se no direito de revogar total ou parcialmente o presente credenciamento, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do Art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021, não cabendo aos participantes o direito de indenização.

14.13. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Licitação de acordo com o que reza a legislação afeta ao presente objeto;

14.14. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com.

15. DOS ANEXOS DO EDITAL

15.1. São partes integrantes deste Instrumento Convocatório os Anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE REQUERIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO;



ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, SUSPENSÃO OU INIDONEIDADE;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS;

ANEXO VIII - MINUTA DO CONTRATO.

Santa Maria do Tocantins/TO, 10 de março de 2026.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

Leonardo Nunes Pinheiro

Gestor Municipal



ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

Demandante: **Fundo Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins/TO.**

Responsável: **Leonardo Nunes Pinheiro**

Telefone: **(63) 3441-1243**

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 183/2026, DE 16 DE JANEIRO DE 2026.**

1.2. O credenciamento constitui instrumento auxiliar de contratação, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, aplicável quando a Administração Pública pretende contratar múltiplos interessados que preencham requisitos previamente estabelecidos, em regime de contratação por demanda, sem exclusividade.

1.3. O credenciamento não gera direito subjetivo à contratação imediata, ficando a convocação dos credenciados condicionada à necessidade do serviço, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao interesse público, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Edital.

1.4. A contratação decorrente do credenciamento não implica vínculo empregatício com o Município, inexistindo subordinação jurídica típica, habitualidade exclusiva ou pessoalidade direta com o ente público, tratando-se de prestação de serviços por pessoa jurídica regularmente constituída.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins/TO é o órgão responsável pela gestão local do Sistema Único de Saúde – SUS, competindo-lhe planejar, coordenar, executar, supervisionar, controlar e avaliar as ações e serviços de saúde em âmbito municipal, inclusive no que se refere à contratação de serviços complementares, nos termos da legislação vigente.

A **Lei Municipal nº 183/2026** instituiu e regulamentou o serviço de plantão médico no âmbito do Município, visando assegurar assistência contínua e ininterrupta à população, de forma permanente, em regime de escala, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, especialmente para atendimentos de urgência e emergência, conforme diretrizes do SUS e normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina.

O planejamento demonstrou a necessidade de cobertura ininterrupta na UBS Benedito Botelho, considerando a inexistência de quadro permanente suficiente para assegurar plantões contínuos, sobretudo em períodos noturnos, finais de semana e feriados.

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



Registra-se que a contratação ora pretendida possui natureza complementar e excepcional, não substituindo cargos efetivos existentes, mas garantindo a continuidade da assistência em razão da insuficiência momentânea de força de trabalho, situação devidamente justificada em planejamento interno da Secretaria Municipal de Saúde.

No processo de planejamento das ações assistenciais e de organização da rede municipal de saúde, verificou-se que o Município **não dispõe de quantitativo suficiente de profissionais médicos** para garantir, com regularidade e continuidade, a cobertura integral necessária aos plantões, sobretudo em períodos noturnos, finais de semana e feriados, o que pode ocasionar desassistência, atrasos no atendimento e agravamento de quadros clínicos, com impactos diretos à saúde pública.

Diante desse cenário, o **credenciamento de pessoas jurídicas** para prestação de serviços médicos plantonistas apresenta-se como instrumento adequado e necessário, por permitir ampla participação de interessados, padronização de requisitos, isonomia, transparência, e contratação conforme demanda real do serviço, garantindo eficiência administrativa e continuidade da assistência.

A Constituição Federal de 1988 assegura a saúde como direito fundamental e impõe ao Poder Público o dever de garanti-la, conforme dispõe:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, podendo sua execução ser realizada diretamente ou por meio de terceiros, pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado segundo as diretrizes da descentralização, do atendimento integral e da participação da comunidade.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, podendo as instituições privadas

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



participar de forma complementar do SUS, segundo suas diretrizes, mediante contrato de direito público ou convênio.

A Lei nº 8.080/1990, por sua vez, estabelece que a saúde é direito fundamental do ser humano e que o dever do Estado consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Nos termos do art. 18 da referida lei, compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar, avaliar e executar as ações e serviços de saúde, o que inclui a adoção de instrumentos administrativos que assegurem a efetividade, continuidade e regularidade da assistência prestada à população.

Dessa forma, o presente credenciamento justifica-se pela necessidade concreta de garantir a implementação efetiva do serviço de plantão médico no âmbito municipal, conforme Lei Municipal nº 183/2026, assegurando atendimento tempestivo, adequado e resolutivo aos usuários do SUS, com redução de riscos e cumprimento do dever constitucional de promoção do direito à saúde.

3. DA PLANILHA DE VAGAS, VALORES E CARGA HORÁRIA

3.1. A planilha abaixo define os serviços credenciáveis, unidade, carga horária do plantão e valores de referência, conforme **Anexo Único da Lei Municipal nº 183/2026**:

ITEM	UND	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CARGA HORÁRIA	DURAÇÃO (MESES)	VAGAS	VALOR UNITÁRIO
01	PLANTÃO	Serviços médicos plantonistas – UBS Benedito Botelho – Médico Clínico Geral	12 horas	Conforme Demanda	Conforme Demanda	R\$ 1.000,00
02	PLANTÃO	Serviços médicos plantonistas – UBS Benedito Botelho – Médico Clínico Geral	24 horas	Conforme Demanda	Conforme Demanda	R\$ 2.000,00

3.2. A contratação dos plantões médicos será executada conforme a demanda, com programação, controle e elaboração mensal de escala pela Secretaria Municipal de Saúde, observando-se o regime de plantões de 12 (doze) e 24 (vinte e quatro) horas, nos termos da Lei Municipal nº 183/2026.

3.3. O valor total estimado para fins de planejamento será apurado com base:

- a) nos valores unitários previstos na planilha (item 3.1);
- b) na **estimativa de plantões a serem realizados** durante a vigência do credenciamento;
- c) na necessidade de manutenção contínua dos serviços de plantão médico, essenciais à regularidade da assistência à saúde no Município.



3.3. Para fins de planejamento e estimativa orçamentária, considera-se a seguinte projeção anual de plantões na UBS Benedito Botelho:

I – 261 (duzentos e sessenta e um) plantões de 12 (doze) horas, correspondentes aos dias úteis (segunda a sexta-feira), acrescido de 01 (um) dia remanescente do calendário anual;

II – 104 (cento e quatro) plantões de 24 (vinte e quatro) horas, correspondentes aos sábados e domingos;

III – 10 (dez) plantões adicionais de 12 (doze) horas e 10 (dez) plantões adicionais de 24 (vinte e quatro) horas, destinados à cobertura de eventos institucionais, campanhas de saúde e demandas extraordinárias.

3.4. Assim, estima-se o quantitativo anual de 271 (duzentos e setenta e um) plantões de 12 horas e 114 (cento e quatorze) plantões de 24 horas, perfazendo valor anual estimado de R\$ 499.000,00 (quatrocentos e noventa e nove mil reais), sem obrigatoriedade de execução integral.

4. DAS CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A execução dos serviços está condicionada ao credenciamento devidamente homologado e à posterior celebração do respectivo instrumento contratual.

4.2. O local de execução dos serviços será **exclusivamente a Unidade Básica de Saúde Benedito Botelho**, no Município de Santa Maria do Tocantins/TO, devendo a execução observar as normas sanitárias aplicáveis, protocolos assistenciais do SUS, diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde, bem como as normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina.

4.3. O credenciado deverá iniciar a execução dos serviços, após convocação e assinatura do instrumento, conforme cronograma/escala estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde.

4.4. Os serviços deverão ser prestados por profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Medicina – CRM, com regularidade comprovada, e presença **presencial obrigatória** durante todo o período do plantão contratado.

4.5. O atendimento será prestado exclusivamente aos usuários do SUS, **vedada qualquer cobrança**, sob qualquer título, direta ou indireta.

4.6. A Secretaria Municipal de Saúde organizará e divulgará mensalmente a escala de plantões, contendo nome do médico plantonista, responsável pelo plantão, horários de trabalho e local de atuação, nos termos da Lei Municipal nº 183/2026.

4.7. O credenciado deverá:

- a)** garantir o preenchimento, manutenção e atualização de prontuários, prescrições, evoluções e demais registros;
- b)** observar protocolos e diretrizes clínicas e terapêuticas vigentes;
- c)** zelar pela segurança do paciente e pelo sigilo das informações;



d) apresentar relatório do plantão executado e demais documentos exigidos para medição e pagamento.

4.8. Para os plantões, o pagamento ficará condicionado à comprovação documental da execução (escala/convocação, relatório, registros e ateste do fiscal).

4.9. Em caso de ausência/impedimento, a pessoa jurídica credenciada deverá providenciar substituto com qualificação equivalente, **mediante comunicação prévia e autorização da Administração**, mantendo-se a responsabilidade integral da credenciada.

4.10. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS – PLANTÃO MÉDICO

I – Realizar plantões médicos presenciais de 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) horas, conforme escala elaborada pela Secretaria Municipal de Saúde;

II – Prestar atendimento clínico e assistência imediata a situações de urgência e emergência;

III – Realizar avaliação, conduta inicial, prescrição e encaminhamento quando necessário, observando a regulação e fluxos do SUS;

IV – Registrar integralmente os atendimentos em prontuário;

V – Emitir relatórios do plantão e informações solicitadas pela gestão municipal, como condição para comprovação e pagamento.

4.11. Substituição de profissional (Pessoa Jurídica)

I – A substituição somente será admitida mediante comunicação prévia e apresentação da documentação do substituto, devendo ser comprovados, no mínimo:

a) diploma de graduação reconhecido pelo MEC;

b) registro ativo no CRM;

c) certidão de regularidade profissional;

d) documento que comprove vínculo do profissional com a empresa credenciada (contrato/CTPS/prestação de serviços/declaração de vinculação).

II – A substituição não poderá implicar prejuízo à execução do plantão, permanecendo a empresa integralmente responsável pelos serviços prestados.

4.12. O plantão médico será integralmente presencial, vedado regime de sobreaviso, devendo o profissional permanecer nas dependências da UBS durante todo o período contratado.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O pagamento será efetuado **por plantão efetivamente executado**, conforme valores estabelecidos no Anexo Único da Lei Municipal nº 183/2026, mediante apresentação de nota fiscal e documentação comprobatória, com ateste do fiscal do contrato.

5.2. A nota fiscal deverá ser apresentada acompanhada de:

a) relatório detalhado do plantão executado;

b) comprovação de escala/convocação;

c) registros e documentos exigidos pela fiscalização.



5.3. O pagamento será realizado no **prazo máximo de até 30 (trinta) dias**, contados a partir da data do ateste da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato, desde que atendidas todas as exigências contratuais, administrativas e legais.

5.4. As despesas correrão à conta das dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, a serem especificadas no Edital e no contrato, conforme orçamento vigente.

GESTÃO DO INCENTIVO DE CAPITAÇÃO PONDERADA DA APS		
Dotação Orçamentária	10.10.10.301.0817.2.131	
Elemento de Despesa	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1500.1002.0000000	Imposto não vinculado
Ficha	0353	

6. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

6.1. O presente credenciamento terá vigência de **02 (dois) anos**, contados da sua publicação, podendo ser prorrogado na forma da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade, mantidas as condições do edital, observado o interesse público e a disponibilidade orçamentária e financeira.

6.2. O(s) instrumento(s) contratual(is) decorrente(s) do credenciamento terá(ão) vigência de **01 (um) ano** a partir de sua assinatura, admitidas prorrogações na forma da Lei Federal nº 14.133/2021, quando cabíveis, mediante termo aditivo devidamente motivado e autorizado pela autoridade competente.

6.3. O contrato poderá ser extinto a qualquer tempo, com base nos motivos previstos no art. 137 e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado com impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade, observadas as abrangências e efeitos legais.

7. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

7.1. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive mão de obra, deslocamento, tributos, encargos previdenciários e demais custos.

7.2. Executar os serviços com esmero, observando a melhor técnica, protocolos do SUS e normas profissionais, responsabilizando-se por erros, falhas ou omissões.

7.3. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do serviço.

7.4. Submeter-se à fiscalização da Administração, prestando informações e esclarecimentos solicitados.



7.5. Manter, durante a execução, todas as condições de habilitação e regularidade exigidas no edital, inclusive atualização de certidões quando aplicável.

7.6. Não efetuar cobrança aos usuários do SUS, sob pena de rescisão, sanções e descredenciamento.

7.7. Apresentar relatórios e documentos exigidos para comprovação e medição dos plantões.

7.8. Proceder, nos casos de ausência ou impedimento, à substituição do profissional, mediante autorização prévia e apresentação completa da documentação do substituto.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. Organizar, gerenciar e fiscalizar os plantões médicos, nos termos da Lei Municipal nº 183/2026.

8.2. Elaborar e divulgar mensalmente as escalas de plantão, observando transparência e publicidade.

8.3. Coordenar o fluxo assistencial e os protocolos de atendimento no âmbito do SUS.

8.4. Designar gestor e fiscal do contrato e realizar o ateste dos serviços para fins de pagamento.

8.5. Efetuar pagamentos devidos, após comprovação de execução e ateste do fiscal.

9. DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. A fiscalização será exercida por gestor e fiscal designados por ato formal, competindo-lhes acompanhar, conferir relatórios, medir os serviços executados, glosar serviços não comprovados e emitir atestes.

9.2. Constatada irregularidade, poderá a Administração determinar correções e, persistindo, adotar medidas administrativas e contratuais cabíveis.

9.3. O fiscal comunicará ao gestor o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, para adoção tempestiva de providências administrativas pertinentes.

10. DOS ENCARGOS E TRIBUTOS

10.1. Serão de inteira responsabilidade do credenciado os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros decorrentes da execução, inclusive responsabilidade civil e penal por atos praticados no exercício profissional.

11. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

11.1. As exigências de habilitação observarão integralmente o Edital, incluindo verificação de impedimentos e sanções (CEIS/CNEP), habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e documentos técnicos/profissionais, inclusive CRM dos profissionais indicados.



11.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração procederá à verificação do atendimento às condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeçam a contratação, por meio de consultas aos cadastros oficiais.

12. CRITÉRIO PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS

12.1. O critério para contratação observará a ordem de credenciamento, conforme data e hora do protocolo de documentação, respeitada a necessidade administrativa, a escala mensal e a demanda do serviço.

12.2. A contratação ocorrerá quando o Fundo Municipal de Saúde necessitar do serviço, não havendo obrigatoriedade de contratação imediata.

12.3. O credenciamento não gera vínculo empregatício, tratando-se de prestação de serviços, nos termos do instrumento convocatório e contratual.

13. DOS CASOS OMISSOS

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação do SUS, Lei Municipal nº 183/2026 e demais normas aplicáveis, além dos princípios gerais do Direito Administrativo.

Santa Maria do Tocantins/TO, 10 de março de 2026.

Maria Raimunda Carmo Costa

Integrante Técnico

Mat. Nº 002525

Aprovo este Termo de Referência e atesto sua conformidade às disposições pelo Decreto Municipal Nº 087/2023, de 29 de dezembro de 2023.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

Leonardo Nunes Pinheiro

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



Avenida Francisco de Assis, setor centro-sul
Santa Maria do Tocantins - TO
CEP: 77.716-000

ANEXO II
REQUERIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMS

A empresa **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº XXXXX**, com sede/endereço à **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX, (cargo) XXXXX**, portador(a) do RG nº XXXXX e CPF nº XXXXX, para fins de participação no procedimento de credenciamento promovido pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, vem, respeitosamente, **REQUERER SEU CREDENCIAMENTO**, nos termos do Edital e do Termo de Referência, para prestação dos serviços abaixo assinalados:

() PLANTÃO MÉDICO 12 (DOZE) HORAS – UBS BENEDITO BOTELHO – MÉDICO CLÍNICO GERAL

() PLANTÃO MÉDICO 24 (VINTE E QUATRO) HORAS – UBS BENEDITO BOTELHO – MÉDICO CLÍNICO GERAL

A requerente **DECLARA**, para os devidos fins:

1. Que tem pleno conhecimento e aceita integralmente todas as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMS, no Termo de Referência (Anexo I) e demais anexos, comprometendo-se a cumpri-las fielmente, caso venha a ser credenciada.
2. Que apresenta, em anexo, toda a documentação de habilitação e qualificação exigida no Edital, responsabilizando-se pela autenticidade, veracidade, integridade e validade das informações e documentos encaminhados.
3. Que se compromete a manter, durante toda a vigência do credenciamento e das contratações dele decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, providenciando a atualização de documentos sempre que necessário e quando solicitado pela Administração.
4. Que está ciente de que o credenciamento não gera direito subjetivo à contratação imediata, e que as convocações ocorrerão conforme necessidade do serviço, escala definida pela Secretaria Municipal de Saúde, disponibilidade orçamentária e financeira e interesse público, na forma do Edital e da legislação aplicável.

Cidade/UF, ____ de ____ de ____.



NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, SUSPENSÃO OU INIDONEIDADE

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMS

A empresa **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº XXXXX**, com sede/endereço à **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX**, (**cargo**) **XXXXX**, portador(a) do RG nº **XXXXX** e CPF nº **XXXXX**.

DECLARA, sob as penas da lei, que assumo inteira e exclusiva responsabilidade pela **veracidade, autenticidade e integridade de todas as informações, documentos e declarações** apresentados no processo de credenciamento, comprometendo-me a apresentar documentos verdadeiros, atualizados e compatíveis com as exigências do Edital.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação de informações falsas ou inexatas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMS

A empresa **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº XXXXX**, com sede/endereço à **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX**, (**cargo**) **XXXXX**, portador(a) do RG nº **XXXXX** e CPF nº **XXXXX**.

DECLARA que tenho **pleno conhecimento** do conteúdo do Edital de Credenciamento, do Termo de Referência e de todos os seus anexos, bem como das normas legais que regem o procedimento, **aceitando integralmente todas as condições, exigências, obrigações e responsabilidades nele previstas**, comprometendo-me a cumpri-las fielmente, caso venha a ser credenciado(a).

Cidade/UF, ____ de ____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMS

A empresa **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº XXXXX**, com sede/endereço à **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX**, (**cargo**) **XXXXX**, portador(a) do RG nº **XXXXX** e CPF nº **XXXXX**.

DECLARA, sob as penas da lei, que **não existe qualquer fato impeditivo à minha contratação**, não tendo sido declarado(a) inidôneo(a), nem estando impedido(a) ou suspenso(a) de contratar com o Poder Público, em especial com o Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

Declaro, ainda, que me comprometo a **comunicar imediatamente à Administração Pública** a ocorrência de qualquer fato superveniente que venha a alterar a presente condição, durante todo o período de vigência do credenciamento e da eventual contratação.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMS

A empresa **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº XXXXX**, com sede/endereço à **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX**, (**cargo**) **XXXXX**, portador(a) do RG nº **XXXXX** e CPF nº **XXXXX**.

DECLARA que a eventual prestação dos **serviços médicos plantonistas (12h e 24h)** ocorrerá de forma autônoma, por demanda e mediante convocação/escala, **sem caracterização de vínculo empregatício** com o Município/Fundo Municipal de Saúde, inexistindo subordinação jurídica, pessoalidade, habitualidade ou exclusividade em relação à Administração, nos termos da legislação vigente e do instrumento contratual.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação dos serviços ocorrerá **por demanda e por períodos específicos**, conforme previsto no Edital e no Termo de Referência.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Ao

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO / COMISSÃO DE LICITAÇÃO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº XXX/2026 – FMS

A empresa **XXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº XXXXX**, com sede/endereço à **XXXXX**, neste ato representada por **XXXXX**, (**cargo**) **XXXXX**, portador(a) do RG nº **XXXXX** e CPF nº **XXXXX**.

DECLARA, para os devidos fins, que possui plena disponibilidade técnica, operacional e de recursos humanos para atender às demandas relativas à prestação de serviços médicos em regime de plantão de 12 (doze) e/ou 24 (vinte e quatro) horas, conforme convocação da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Maria do Tocantins/TO.

Declara, ainda, que:

1. Possui profissional(is) médico(s) regularmente inscrito(s) no Conselho Regional de Medicina – CRM, apto(s) à execução dos plantões, com regularidade profissional comprovada;
2. Compromete-se a atender às escalas, convocações, cronogramas e diretrizes administrativas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde;
3. Garantirá a presença presencial do profissional durante todo o período do plantão contratado, vedado regime de sobreaviso;
4. Manterá substituto com qualificação equivalente, quando necessário, mediante comunicação prévia e autorização da Administração, permanecendo integralmente responsável pela execução dos serviços;
5. Manterá, durante toda a vigência do credenciamento e das contratações dele decorrentes, as condições de habilitação, regularidade fiscal e qualificação técnica exigidas no Edital.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para os devidos fins legais.

Cidade/UF, ____ de _____ de ____.

NOME / RAZÃO SOCIAL

Nome e assinatura do representante legal (quando aplicável)

Obs.: Documento meramente exemplificativo, devendo ser apresentado em papel timbrado, se houver.



ANEXO VIII
MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº ____/2026 – FMS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026 – FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,
QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO
MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA
DO TOCANTINS/TO, e a empresa
_____, nas cláusulas abaixo
aduzidas,

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA MARIA DO TOCANTINS/TO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 11.783.200/001-84, com sede à Avenida Francisco de Assis, S/N, Centro, Santa Maria do Tocantins/TO, neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Sr. Leonardo Nunes Pinheiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 1.155.899 SSP/TO e CPF nº 035.091.371-40, residente e domiciliado na Rua 01, S/N, Centro, na cidade de Santa Maria do Tocantins/TO, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no **CNPJ**: _____, estabelecida na..... Neste ato representado pelo Sr....., residente e domiciliado na....., doravante designada simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Art. 79, inciso I, no Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMS e seus anexos, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente contrato decorre do procedimento de **credenciamento**, reconhecida a hipótese de **inexigibilidade**, nos termos do Art. 79, I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as regras do Edital de Credenciamento nº XXX/2026 – FMS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS**, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO.

2.2. Vinculam-se ao presente contrato, independentemente de transcrição:

- I – o Termo de Referência;
- II – o Estudo técnico preliminar;
- III – o Edital e seus anexos;
- IV – a documentação de habilitação do credenciado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



3.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ XXXXX (XXXXX)**, **estimado** com base na projeção de plantões indicada no Termo de Referência e nos valores unitários fixados no **Anexo Único da Lei Municipal nº 183/2026, não constituindo obrigação de consumo mínimo** pela Administração, nem gerando direito subjetivo da CONTRATADA à execução integral do quantitativo estimado, ficando a execução condicionada às convocações/escala e à efetiva necessidade do serviço.

3.2. O pagamento será devido **por plantão efetivamente executado e devidamente comprovado**, observado o valor unitário previsto no Termo de Referência e no Anexo Único da Lei Municipal nº 183/2026, conforme o tipo de plantão convocado e realizado.

3.3. Para fins de referência e padronização, ficam fixados os seguintes valores unitários por plantão:

I – **Plantão médico de 12 (doze) horas: R\$ 1.000,00** (mil reais) por plantão;

II – **Plantão médico de 24 (vinte e quatro) horas: R\$ 2.000,00** (dois mil reais) por plantão.

3.4. O pagamento ficará condicionado à apresentação de **Nota Fiscal**, acompanhada, no mínimo, de: **(I)** comprovação de escala/convocação; **(II)** relatório do plantão executado; **(III)** registros e documentos exigidos pela fiscalização; e **(IV) ateste do Fiscal do Contrato**, sem prejuízo de outras comprovações que se revelem necessárias para a perfeita medição da execução.

3.5. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do **ateste** da documentação fiscal e comprobatória pelo Fiscal do Contrato, **condicionado** à regularidade fiscal/trabalhista da CONTRATADA e à observância dos fluxos administrativos e financeiros do CONTRATANTE.

3.6. Estão incluídos nos valores unitários todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, tais como tributos, encargos, despesas operacionais, deslocamentos e quaisquer outros custos correlatos, **não cabendo pleito de pagamento adicional**, salvo hipóteses legalmente admitidas e formalmente justificadas.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente, devendo constar no processo:

GESTÃO DO INCENTIVO DE CAPITAÇÃO PONDERADA DA APS		
Dotação Orçamentária	10.10.10.301.0817.2.131	
Elemento de Despesa	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso	1500.1002.0000000	Imposto não vinculado
Ficha	0353	

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO



5.1. O Contrato terá vigência de 01 (um) ano a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogados por interesse da Administração, e vigência máxima de até 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura.

5.2. Este contrato poderá ser extinto a qualquer tempo independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos no artigo 137, e na forma do art. 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo

5.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto, inclusive mão de obra, deslocamento, tributos, encargos previdenciários e demais custos.

6.2. Executar os serviços com esmero, observando a melhor técnica, protocolos do SUS e normas profissionais, responsabilizando-se por erros, falhas ou omissões.

6.3. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do serviço.

6.4. Submeter-se à fiscalização da Administração, prestando informações e esclarecimentos solicitados.

6.5. Manter, durante a execução, todas as condições de habilitação e regularidade exigidas no edital, inclusive atualização de certidões quando aplicável.

6.6. Não efetuar cobrança aos usuários do SUS, sob pena de rescisão, sanções e descredenciamento.

6.7. Apresentar relatórios e documentos exigidos para comprovação e medição dos plantões.

6.8. Proceder, nos casos de ausência ou impedimento, à substituição do profissional, mediante autorização prévia e apresentação completa da documentação do substituto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CREDENCIADO

7.1. Executar os serviços médicos em regime de plantão de 12 (doze) e/ou 24 (vinte e quatro) horas, conforme escala previamente definida pela Secretaria Municipal de Saúde, com observância das normas técnicas, protocolos assistenciais do SUS e diretrizes da gestão municipal.

7.2. Garantir a presença presencial do profissional médico indicado durante todo o período do plantão contratado, sendo vedado o regime de sobreaviso ou substituição não autorizada.

Contato: (63) 3441-1243

Atendimento:

Segunda-Feira a Sexta-feira

07:00 à 11:00 Hs | 13:30 à 17:30 Hs



7.3. Assegurar que o(s) profissional(is) indicado(s) possua(m) inscrição ativa e regular no Conselho Regional de Medicina – CRM, mantendo válida a certidão de regularidade profissional durante toda a execução contratual.

7.4. Realizar atendimento clínico aos usuários do SUS com zelo, ética profissional, urbanidade, imparcialidade e observância ao Código de Ética Médica.

7.5. Proceder ao registro integral e adequado dos atendimentos realizados, incluindo anotações em prontuário, prescrições, solicitações de exames, encaminhamentos e demais registros obrigatórios, garantindo a rastreabilidade e segurança das informações.

7.6. Observar rigorosamente o sigilo profissional e a confidencialidade das informações dos pacientes, nos termos da legislação aplicável, inclusive da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

7.7. Emitir relatórios de plantão, quando exigidos pela fiscalização, contendo descrição das atividades desenvolvidas e quantitativo de atendimentos realizados.

7.8. Submeter-se à fiscalização da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e apresentando documentação comprobatória da execução dos serviços.

7.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica exigidas no Edital.

7.10. Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre o Município e o(s) profissional(is) indicado(s).

7.11. Responder civil, administrativa e penalmente por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia na execução dos serviços.

7.12. Não efetuar qualquer cobrança, direta ou indireta, aos usuários do SUS atendidos durante o plantão, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

7.13. Providenciar substituição do profissional médico, em caso de impedimento ou ausência, mediante comunicação prévia e autorização da Administração, apresentando documentação comprobatória da qualificação do substituto, permanecendo a credenciada integralmente responsável pela execução do plantão.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. Organizar, gerenciar e fiscalizar os plantões médicos, nos termos da Lei Municipal nº 183/2026.



8.2. Elaborar e divulgar mensalmente as escalas de plantão, observando transparência e publicidade.

8.3. Coordenar o fluxo assistencial e os protocolos de atendimento no âmbito do SUS.

8.4. Designar gestor e fiscal do contrato e realizar o ateste dos serviços para fins de pagamento.

8.5. Efetuar pagamentos devidos, após comprovação de execução e ateste do fiscal.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização será exercida por gestor e fiscal designados por ato formal, competindo-lhes acompanhar, conferir relatórios, medir os serviços executados, glosar serviços não comprovados e emitir atestes.

9.2. Constatada irregularidade, poderá a Administração determinar correções e, persistindo, adotar medidas administrativas e contratuais cabíveis.

9.3. O fiscal comunicará ao gestor o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, para adoção tempestiva de providências administrativas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. Aplicam-se as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO

11.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses legais, assegurados contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Pedro Afonso/TO, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes em 02 (duas) vias de igual teor.

Santa Maria do Tocantins/TO, ____ de _____ de ____.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal

CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Responsável Legal

CONTRATADA



TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____



AVISO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026 – FMS

O Fundo Municipal de Santa Maria do Tocantins/TO, torna público aos interessados que, a partir do dia **18/3/2026**, estará aberto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM REGIME DE PLANTÃO (12H E 24H), EM CARÁTER COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS**, para atendimento aos usuários residentes no Município de Santa Maria do Tocantins/TO. O Edital está disponível no site oficial santamariadotocantins.to.gov.br ou www.licitanet.com.br ou através do e-mail: licitacaosantamaria2@gmail.com, de segunda a sexta-feira e informações através do fone (63) 99241-1111.

Santa Maria do Tocantins/TO, 10 de março de 2026.

Leonardo Nunes Pinheiro
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

